

RAIS 2004
Varição dos Principais Indicadores do Emprego Formal

I. Aspectos Metodológicos.

1. A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) é um registro administrativo gerenciado pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), que assemelha-se a um verdadeiro censo anual do mercado formal de trabalho (assalariados celetistas e estatutários). Como todo Registro Administrativo é utilizada com a finalidade de implementar ou monitorar programas ou políticas públicas. A partir de suas informações, é calculado o valor do Abono Salarial, benefício contemplado na Constituição de 1998 (Art. 239 § 3), que consiste no pagamento de um salário mínimo para aqueles trabalhadores com vínculos formais e salários médios de até dois salários mínimos.

2. As variáveis contempladas na RAIS, contudo, vão muito além das necessárias para o pagamento desse benefícios. Elas incluem informações sobre características individuais dos assalariados (sexo, grau de instrução, idade, etc.) e sobre o estabelecimento (setor de atividade, tamanho, situação geográfica, etc.). Um banco de dados contendo essas variáveis e a possibilidade de cruzamento entre elas torna o mesmo de uma riqueza tal, em termos de pesquisa acadêmica e formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas governamentais, cuja ferramenta não poderia deixar de ser, também, utilizada como uma fonte de estatísticas. Ao ter um caráter censitário, a RAIS possibilita uma desagregação que vai até o nível de municípios, um corte particularmente importante em um país com as características continentais como o Brasil, e que não possuem, em geral, as pesquisas de domicílios.

3. Toda base estatística tem seus benefícios e suas fragilidades. Nenhuma fonte é isenta de aspectos que podem induzir resultados de duvidosa validade. O usuário de cada fonte tem que ter consciência desses benefícios e fragilidades a fim de saber que conclusões são robustas e quais devem merecer certo cuidado na sua utilização. A internalização desses benefícios e fragilidades são obtidas por meio de uma minuciosa leitura das notas metodológicas que o órgão disponibiliza (as Notas Metodológicas da RAIS podem ser encontradas no site: http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/PDET/Notas_Tecnicas/default.asp). Em caso de dúvida, quando da utilização da base, deve-se consultar os técnicos responsáveis pela administração da fonte, do MTE, mediante e-mails ao endereço cget.sppe@mte.gov.br ou consultas telefônicas 61-3317.6667.

4. No caso das bases de dados que têm como referência o mercado de trabalho, o sistema estatístico de qualquer país, inclusive o Brasil, é constituído por dois tipos de fontes: os Registros Administrativos e as Pesquisas de Domicílios. As duas alternativas não devem ser vistas como concorrente senão como complementares, inclusive para ter parâmetros de comparação na hora de divulgar os resultados. Nesse sentido, as Pesquisas de Domicílios são particularmente úteis no caso de estudos ou políticas direcionadas ao mercado informal, desemprego, pobreza, distribuição de renda, etc, mas tem sérias limitações em termos de desagregação espacial e perda de representatividade quando os cortes se superpõem. Os Registros

Administrativos, por sua vez, apresentam restrição, visto que suas informações dizem respeito ao mercado formal, não permitindo realizar extrapolações sobre o desemprego, renda familiar, pobreza, etc. Contudo, possibilita uma desagregação que atinge o nível de municípios, tem dados robustos sobre o tamanho do estabelecimento, etc. e, nesse sentido, podem complementar ou preencher vácuos deixados pelas pesquisas domiciliares. Em certos casos, como nos estudos cuja abrangência se limita a um município, chega a ser a única fonte disponível, mesmo considerando os censos decenais, visto que estes não incluem o leque de variáveis contemplado, por esses registros administrativos, especialmente, pela RAIS.

5. Nesse contexto, no qual a base estatística do país se sustenta, de forma complementar, tanto em pesquisas de domicílios como em Registros Administrativos, a RAIS ganhou, com o passar dos anos, um prestígio que está fundamentado em várias de suas vantagens e formas de divulgação. A rapidez desta é manifestada quando se percebe que hoje, em novembro, se estão disponibilizando os dados do ano de 2004, uma agilidade evidente se considerarmos que se está diante de um verdadeiro censo. Hoje, a RAIS é uma fonte de dados incontornável para qualquer pesquisador ou gestor, cujo eixo de estudo seja o mercado formal de trabalho.

6. Contudo, essas vantagens e qualidades, que se foram ampliando com o tempo, em um trabalho cotidiano dos técnicos do MTE em parceria com os usuários, não devem ocultar o cuidado com o qual se deve utilizar os dados. Lembremos que, em um Registro Administrativo como a RAIS, as informações são proporcionadas pelo empregador e, nesse sentido, erros podem ser cometidos. Alguns podem ser subsanados na hora da análise crítica realizada no âmbito do MTE. Outros, lamentavelmente, persistem. Nesse sentido, quando os resultados vão de encontro ao intuitivamente esperado ou questionam a validade de um marco analítico já sedimentado na literatura, análises em torno da consistência das informações tornam-se necessário, inclusive com a consulta ao corpo técnico do MTE.

II. O Contexto Macroeconômico e as Variáveis Utilizadas.

7. Em geral, existe um consenso sobre a necessária correlação entre o desempenho de variáveis do mercado de trabalho e o ambiente conjuntural. Fases ascendentes (descendentes) do ciclo devem se traduzir em elevações (quedas) no emprego e salários (ainda que os desdobramentos de aumentos ou quedas no estoque de assalariados sobre os rendimentos dos mesmos seja controversa). Nesse sentido, é de se esperar que os dados de 2004 reflitam um contexto macroeconômico de crescimento (o PIB, nesse ano, elevou-se 4,94%) e, nesse contexto, o número de assalariados apresenta elevação.

8. O ambiente macroeconômico sempre tem um aspecto crucial na explicação da variação dos indicadores do mercado de trabalho de um ano a outro. Contudo, o contexto conjuntural não monopoliza a totalidade das explicações. Uma outra dimensão a ser considerada diz respeito a variáveis institucionais. Por exemplo, o aumento da fiscalização e sua eficácia e eficiência pode ser um aspecto que esteja elevando a elasticidade emprego-produto. Deve-se lembrar que, no ano de 2004, do total de 11.296.361 admissões, 697.455 foram formalizadas mediante a atuação da fiscalização. Obviamente, nem todos esses trabalhadores deveriam ser contabilizados

como sendo parte do crescimento no nível de emprego formal. Várias circunstâncias (informalização posterior à retirada da fiscalização, mão-de-obra temporária, ligadas aos ciclos agrícolas e ao comércio, etc.) induzem a pensar que esse seja o limite superior e que o efeito da fiscalização sobre o saldo final seja mais modesto que o previsto. Ressalte-se porém que apesar do efeito da fiscalização sobre o número de admissões (6,17%) ser ainda muito modesto não se pode desconsiderar o aspecto institucional, dado que o número de assalariados formalizados pela ação da fiscalização ATINGIU O SEU ÁPICE EM 2004. Se tomarmos como referência o ano de 1999, antes da mudança de legislação, cujo percentual situava-se em 3% em relação ao total de admissões, percebe-se um aumento expressivo que não se pode deixar de levar em conta.

9. Por último, variáveis de cunho mais estrutural podem estar afetando o desempenho de parâmetros vinculados ao mercado de trabalho. Introdução de novas tecnologias, deslocamento geográfico, terceirização, etc. são tendências de longo prazo mas, é necessário lembrar, que o longo prazo nada mais é que a sucessão de diversos curtos prazos. Nesse sentido, não podem deixar de ser incluídas na análise.

10. Uma fonte da diversidade e abrangência da RAIS fornece inúmeras variáveis aos pesquisadores e analistas. Cruzar e avaliar a tendência de cada uma delas é uma tarefa quase sem limites e, em última instância, infrutífera. Assim, nos próximos parágrafos serão abordadas as mais usualmente levadas em consideração nos estudos de conjuntura e as que têm maior relevância no debate atual. Dessa forma, o objetivo da análise que será desenvolvida nos próximos parágrafos está muito longe de esgotar a potencialidade da RAIS como fonte de dados para pesquisas, análise, monitoramento e avaliação de políticas e programas de governo. Contrariamente, os próximos parágrafos devem ser visto tão somente como uma ilustração dessa potencialidade, ou seja apenas como um dos diversos usos que a RAIS pode ter.

III. Variação do Emprego.

11. Em termos agregados, a primeira informação procurada cada vez que uma RAIS é divulgada é a variação do emprego total formal com respeito ao ano anterior. Em 2004, segundo esse registro administrativo, o estoque de vínculos formalizados (com carteira e estatutários) elevou-se 6,30%, percentual que representa um incremento de quase 1,9 milhões. Esse número é expressivo e pode ser entendido, basicamente, como produto, em última instância, do contexto de crescimento (+4,94% de variação do PIB). Logicamente, como já salientamos no parágrafo anterior, outras dimensões podem ter contribuído, ainda que a magnitude dessa contribuição deva ser motivo de pesquisas futuras.

12. Em realidade, essa elevação do emprego formal se nutre de duas variações. Uma está diretamente vinculada ao crescimento do produto e à interferência de outras variáveis (fiscalização, por exemplo) e diz respeito à mudança no emprego Celetista. Em 2004, a variação percentual deste foi de 7,46%. Um outro segmento está constituído pelo emprego estatutário e sua correlação com o ambiente macroeconômico não necessariamente é robusta, dado que a contratação de empregados públicos obedece a aspectos que não necessariamente estão vinculados ao ciclo conjuntural. A elevação do número de assalariados estatutários foi, em 2004,

de 2,%. Em termos absolutos, o aumento dos trabalhadores contratados pela CLT foi de 1.714.663 e, no caso dos estatutários, esse total atinge 147.986. Conclui-se, assim, que a demanda de trabalhadores celetistas foi fundamental para a geração dos 1,9 milhões de novos postos de trabalho que foram gerados no ano de 2004 (90 % desses novos vínculos foram celetistas).

IV. A Desagregação Geográfica.

13. Uma das principais vantagens da RAIS é sua abrangência. Seus dados cobrem a integralidade do território nacional e, nesse sentido, não é igualada a nenhuma outra fonte de informação (com exceção do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), outro registro administrativo gerenciado no âmbito do MTE.

14. Os dados de 2004 indicam que o crescimento do emprego foi generalizado por todo o território nacional. A única queda foi registrada em Roraima, que apresentou contração de 16,06%, um resultado sobre o qual retornaremos nos próximos parágrafos desta mesma Seção.

15. Paralelamente a essa singularidade (dinamismo generalizado), uma outra característica foi a variabilidade do crescimento, com um máximo de 14,68% no Estado do Amazonas e 14,14% em Mato Grosso e um mínimo de 3,20% na Paraíba. Essa dispersão em torno à média é normal em países com as dimensões territoriais do Brasil e, nesse sentido, os resultados de 2004 seguem a norma usual em todos os anos.

16. As maiores distâncias com respeito à média nacional se observa nos Estados do Norte: Amazonas (+14,68%), Roraima (-16,06%), Pará (+10,99%) e Amapá (+11,43%). Essas variações devem ser vistas com certo cuidado e deve-se evitar tirar conclusões mais gerais. Devem ser vistas com cuidado porque o estoque de assalariados formais é reduzido e pequenas mudanças absolutas podem gerar amplos percentuais de variação. A queda de 16,06% em Roraima surge, em realidade, de uma desativação de 4,4 mil postos de trabalho. Choques setoriais, ausência de declarações (ver nota técnica no site do MTE), movimentos aleatórios e mesmo pequenos erros de preenchimento podem dar origem a essas amplas variações relativas.

17. No caso de Mato Grosso, a elevação de 14,14% parece estar ancorada em variáveis reais. Um contexto internacional muito favorável (preços e demanda de commodities oferecidas por esse Estado) e uma taxa de câmbio que, nesse período, ainda era muito favorável às exportações, ajudam a explicar esse aumento na demanda de trabalho.

18. Nos outros Estados, as variações parecem estar dentro dos intervalos razoáveis, com variações positivas devido ao contexto macroeconômico nacional, e as raízes dessas performances particulares devem ser pesquisadas por analistas familiarizados com as economias regionais em questão. Volta-se a salientar que, em um país com as dimensões continentais como o Brasil, qualquer generalização deve ser evitada.

V. Desagregação Setorial.

19. Todos os grandes setores de atividade finalizaram 2004 com balanços positivos. Nesse sentido, os dados da RAIS/2004 parecem consistentes com outras fontes de dados e sinalizam um contexto de crescimento robusto, que não foi alimentado pelo dinamismo de setores particulares.

20. O perfil setorial do crescimento também guarda relação com aquele identificado por outras fontes de dados. À margem da Indústria Extrativa Mineral, sobre cujo comportamento se voltará nos próximos parágrafos, a Indústria de Transformação liderou a geração absoluta de empregos (foi responsável por quase 571 mil novas oportunidades de emprego), sendo a elevação relativa de +10,65% (+6,30% para a média de todas as atividades). Essa liderança é um fenômeno a ser pesquisado, e, nesse sentido, os dados da RAIS podem ser uma base estatística útil, visto que, até fins da década de 90, a Indústria de Transformação era assumida como um setor que, devido às novas tecnologias e aos imperativos da concorrência externa, apresentaria uma perda líquida de empregos, ainda em ambientes de crescimento. Os dados positivos dos últimos anos induzem a pensar que certas variáveis macroeconômicas, como a taxa de câmbio, podem ter importantes desdobramentos sobre a demanda de trabalho e, nesse sentido, serem utilizadas como instrumentos factíveis de elevar a elasticidade emprego produto.

21. A generalização dos balanços positivos em termos setoriais outorga à conjuntura de 2004 outras de suas singularidades: a ausência de choques setoriais negativos. O exemplo mais contundente é a Construção Civil, muitos anos mergulhada em uma crise estrutural. Alterações no marco legal que regula o setor além de outras variáveis (como a expansão das linhas de crédito) tornaram positivos os saldos de emprego. Os dados da RAIS/2004 assinalam que a Construção Civil foi a responsável pela geração de 70 mil novos postos de trabalho (+6,71%). Tanto em termos relativos como na contribuição absoluta, os números parecem modestos. Contudo, adquirem relevância dado o histórico de perdas.

22. No caso da Indústria Extrativas Mineral, que registrou o maior percentual de aumento em 2004 (14,42%), três comentários se fazem necessários. Em primeiro lugar é necessário mencionar que as empresas estatais tem uma particular relevância no setor. Nesse sentido, decisões de investimento e ampliação da oferta que, muitas vezes, não estão vinculadas ao ciclo conjuntural, podem possuir relação com decisões estratégicas e, inclusive, podem ser utilizadas como elementos contracíclicos. Um segundo aspecto a mencionar está vinculado a uma tendência de longo prazo de aumento do preço da energia e a necessidade de assegurar fontes de fornecimento, fato que explica aumentos na demanda de trabalho diretamente ligado a desafios que enfrenta um setor estratégico. Por último, o elevado aumento relativo não deve obscurecer que, em termos absolutos, o aumento é modesto (pouco menos que 18 mil novos empregos), dado que o estoque de assalariados totalizava, no final de 2003, 123 mil. Nesse contexto, não obstante o relevante crescimento em termos relativos, quando o parâmetro é a contribuição que a Indústria Extrativa Mineral deu à oferta de novos empregos em 2004 sua transcendência é marginal.

VI. A Variável Gênero.

23. A crescente preocupação da sociedade brasileira com aspectos associados à discriminação, desigualdade e igualdade de oportunidades outorga à variável gênero e a todas as fontes estatísticas que possam ser utilizadas para pesquisas nesses temas uma particular relevância. A RAIS é, nesse sentido, uma fonte particularmente fértil para pesquisar esses aspectos.

24. Em termos de estoque, o número de vínculos ocupados por indivíduos do sexo masculino é, no mercado formal, 50% superior àquele preenchido por mulheres. Essa distância se reproduz no tempo. A diferença entre o aumento dos assalariados formais entre homens (+6,23%) e mulheres (+6,42%) foi, em 2004, tão tênue que uma distribuição dos postos de trabalho mais equitativa só é factível de ser imaginada no longuíssimo prazo.

25. Em geral, a força de trabalho feminina tende a apresentar graus de escolaridade superiores aos dos homens e, nesse sentido, os dados da RAIS tendem a reforçar esse perfil. Em 2004, por exemplo, só 10% dos vínculos masculinos eram ocupados por indivíduos com superior completo, enquanto que esse percentual aumenta para 21% no caso das mulheres. No outro extremo, só 0,40% das mulheres ocupadas eram analfabetas, sendo o percentual de 1,20% no caso dos homens. Essa maior escolarização da mão-de-obra feminina pode ter desdobramentos importantes no longo prazo e a RAIS é uma fonte de dados ideal para pesquisar os fenômenos relacionados com a segmentação do mercado de trabalho segundo gênero.

VII. Grau de Instrução.

26. Na educação hoje estão depositadas grandes esperanças em termos de crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza. Um maior nível de educação e uma redução no seu grau de dispersão afetariam positivamente esse conjunto de variáveis.

27. Os dados da RAIS/2004 indicam um padrão de aumento do emprego segundo educação comum ao observado nas RAIS dos anos anteriores: cai o emprego nos graus de instrução de até 4 a Série Completa e aumenta nos restantes. Contudo, se deve ser muito cuidadoso na interpretação desses dados, visto que podem ser o resultado de duas tendências superpostas. Por um lado à oferta de trabalho (especialmente o crescimento da força de trabalho, aqueles jovens que entram constantemente no mercado) apresenta uma escolaridade superior à média e, nesse sentido, a queda na ocupação nos níveis inferiores pode estar vinculada a aspectos do perfil de oferta. Por outra parte, as firmas podem estar requerendo recursos humanos mais qualificados, devido a processos tecnológicos que requerem indivíduos com maiores habilidades. Que parte dessa queda deve ser atribuída à oferta e que parte à demanda é uma questão em aberto. Contudo, em revistas especializadas, são muitos os artigos que utilizam a RAIS como fonte de dados para testar hipóteses, dado que essa fonte possibilita amplas desagregações setoriais e por CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). A vantagem comparativa da RAIS nesse quesito é inquestionável, tanto pela confiabilidade de suas informações como pelas desagregações que permite.

VIII. Idade.

28. A correlação entre desemprego e idade está relativamente bem ancorada na literatura. A faixa etária parece ser uma variável muito relevante na forma de inserção de cada indivíduo no mercado de trabalho. No caso do Brasil, seguindo padrões internacionais, o patamar máximo de desemprego se situa nas faixas etárias que vão de 16 a 24 anos, ou seja, no início da vida ativa. Com o transcorrer do tempo, o percentual de indivíduos que procuram emprego e não encontram se reduz. Também neste quesito, a RAIS é uma excelente fonte de dados para identificar as trajetórias pessoas nas formas de inserção no mercado formal e, a partir daí, construir políticas públicas a fim de minimizar o problema.

29. Segundo os dados da RAIS/2004, a força de trabalho no segmento formal do mercado é essencialmente jovem. Tem menos de 29 anos e correspondem a 37% dos ocupados. Contudo, a comparação das RAIS 2004 e 2003 não permite delinear um perfil nítido de crescimento do emprego. Aumenta em todas as faixas, mas a variabilidade é notória e não existe uma correlação entre patamar de aumento e faixa etária. O único dado que chama a atenção é o aumento relativo do emprego na faixa dos 16/17 anos, cujo percentual de variação foi de quase 13%. Em princípio, é um dado a comemorar, visto que o jovem, por diversos motivos (falta de experiência, ausência de formação, etc.) ou está no desemprego ou ocupa postos de trabalho precários no segmento informal. Um início da vida ativa no espaço informal do mercado outorga a esse jovem, credenciais para vir a ocupar bons postos de trabalho no futuro. Entretanto, esse resultado a comemorar deve ser melhor pesquisado, dado que o maior emprego pode estar comprometendo a escolaridade dessa mão-de-obra e, desta vez, negativamente, a trajetória de vida futura. De qualquer forma, a geração de empregos na faixa de 16/17 anos é marginal, não obstante uma taxa de crescimento elevada. Do total dos 1,9 milhão de empregos criados em 2004, só 33 mil estão situados nessa faixa etária.

IX. Tamanho do Estabelecimento.

30. Junto com a escolaridade, o tamanho do estabelecimento é usualmente considerado uma variável relevante em termos de geração de empregos e distribuição de renda. Os pequenos estabelecimentos seriam mais intensivos em trabalho e, assim, contribuiriam para elevar a elasticidade emprego-produto. Por outra parte, um estoque de riqueza menos concentrado ajudaria a reduzir a concentração de renda.

31. Os dados da RAIS/2004 indicam que, como nos anos anteriores, existe uma relativa concentração de vínculos nos estabelecimento com mais de 1000 ocupados formais. Esse percentual atingiu 25% nesse ano. A variação do emprego entre 2004 e o ano anterior não variou muito em torno da média, exceto nos estabelecimentos com até 4 vínculos, cuja variação relativa foi 3,94%, longe da média geral (6,30%). Essa performance indica que os menores estabelecimentos não foram os mais beneficiados do crescimento de 2004.

X. Remuneração.

32. Não é necessário salientar a relevância da variável rendimento para qualquer análise do mercado de trabalho. A RAIS, nesse sentido, é uma fonte de dados com riqueza particular, ainda que sua potencialidade esteja restrita ao mercado formal de trabalho e se deva ser muito cuidadoso em estender os resultados ao mercado de trabalho para a totalidade. Os cortes, por outra parte, são inúmeros e podem reproduzir os que, a título de ilustração, foram analisados nos parágrafos anteriores.

33. Entre 2004 e 2003, a variação do poder de compra da remuneração foi de 1,23%. Essa média oculta enormes diferenciais, com uma elevação máxima de 7,21% em Brasília e queda de 9,19% em Roraima. A redução do valor real neste último Estado deve ser vista com cautela, dado que, como já analisamos no caso do emprego, as UF's do Norte do país, por terem um estoque de assalariados formais reduzidos, podem registrar variações elevadas devido a fatores aleatórios ou choques setoriais muito circunscritos, além do problema relacionado a omissão de declaração, que nesse caso, dado o estoque mais modesto, é mais perceptível. Esse estado apresentou uma queda expressiva no setor da Administração Pública, comportamento esse que deve ter influenciado na redução dos rendimentos .

34. Não obstante a variabilidade nas taxas de variação em 2004, a estrutura salarial entre Estados permanece e é a usual. Lidera Brasília (com uma remuneração média 100% superior à média nacional) e na derradeira posição se encontra Paraíba, com um rendimento médio 34% inferior à média nacional. Essa estrutura de remunerações só pode sofrer alterações substantivas no longo prazo.

35. Quando a referência é a variável gênero, os dados apontam para a possível existência de discriminação contra a mulher. Em média, a remuneração dos homens é 23% superior à verificada para as mulheres. Não pode argüir-se que esse diferencial surja de um grau de instrução que beneficia aos homens. Não importa o grau de instrução, os homens, sempre, registram uma remuneração superior às mulheres. No caso dos ocupados formais que possuem Ensino Superior Completo, o diferencial a favor dos indivíduos do sexo masculino atinge 77%, sendo que no caso dos analfabetos se restringe a 25%. Assim, quanto maior a escolaridade maior a discriminação. Em outros termos: a educação não pode ser vista como uma ferramenta capaz de reduzir a discriminação das mulheres no mercado de trabalho.

36. Esse diferencial contra as mulheres é estrutural e só pode ser alterado no longo prazo. A comparação entre 2003 e 2004, por exemplo, indica uma vantagem a favor dos indivíduos de sexo feminino. Estas viram crescer seus rendimentos em 2,02%, diante de um aumento de só 0,83% para o caso dos homens. Contudo, como a distância é tão grande (ver o parágrafo anterior), essa pequena vantagem a favor das mulheres não chega a ter desdobramentos significativos na estrutura.

37. As relações entre rendimento e escolaridade que a RAIS apresenta são as usuais e estabelecem uma estreitíssima correlação, positiva, entre anos de estudo e salários. Por exemplo, na RAIS 2004, um indivíduo com superior completo apresenta um rendimento que é 535% superior a um analfabeto. A variação entre 2003 e 2004 não apresenta um padrão definido e, nesse sentido, não é conveniente imaginar generalizações.

38. A inserção setorial de um indivíduo parece influenciar o nível de rendimento. O menor nível de remuneração se observa na Agricultura (só 49% da média nacional) e o maior nas Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização (184% superior à média nacional). Contudo, se deve ser cuidadoso nessas comparações, dado que outras variáveis, além do setor, podem estar influenciando a remuneração média. Por exemplo, na Agricultura, o nível de instrução do estoque de assalariados pode ser muito inferior ao observado nas Instituições de Crédito e, dessa forma, é a educação e não a inserção setorial o determinante do diferencial. Nesse sentido, análises econométricas, totalmente fora dos objetivos desta Nota, podem especificar as origens dos diferenciais.

39. No caso da variação entre 2004 e o ano anterior, a mudança do poder de compra variou muito segundo o setor e os casos de quedas não são pontuais. Só pesquisas específicas podem avançar na identificação das variáveis explicativas dessa dispersão na evolução setorial dos rendimentos.

40. Na literatura, existe uma bem sedimentada e consensual correlação entre tamanho do estabelecimento e rendimentos: quando maior o tamanho do estabelecimento maior o salário pago. A RAIS/2004, como nos anos anteriores, tende a confirmar esta correlação. Os assalariados empregados em estabelecimentos com 1000 ou mais vínculos ativos ganham, em média, 193% a mais que aqueles cujo empregador tem só 4 vínculos ativos.

41. A evolução entre 2004 e 2003 não parece seguir um padrão específico, com intervalos de tamanho de estabelecimento com variações negativas. Contudo, as maiores taxas de variação se observam nas maiores faixas: 1000 ou mais vínculos ativos (+2,47%) e de 500 a 999 vínculos ativos (+1,19%).